

EDITORIAL

O Curso de Direito do Instituto de Ciências Exatas e Humanas – ICEH – do UNIARAXÁ, com vistas ao cumprimento do Projeto Pedagógico Institucional e do Projeto Pedagógico do Curso, consolida, através da publicação anual de periódico jurídico - REVISTA JURÍDICA DO UNIARAXÁ - uma política de pesquisa institucional, representativa da interação entre as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Desde a criação do Curso de Graduação em Direito, em 1995, na então “Faculdades Integradas do Alto Paranaíba” – FIAP, já havia tal preocupação, tanto que a primeira REVISTA JURÍDICA DO UNIARAXÁ foi lançada em 1997, tendo se firmado, desde então, como uma publicação significativa do Curso de Direito e das pesquisas lá realizadas, inclusive aquelas da Iniciação Científica.

Neste contexto, especificamente, espera-se produzir ciência com a garantia dos valores sociais da justiça, da cultura e da cidadania, valores estes igualmente cultivados e apresentados pelos operadores do Direito que, capacitados para o trabalho investigativo, se disponibilizam a criar, compartilhar e difundir o conhecimento humano, acreditando assim em uma melhoria das condições de vida da própria humanidade.

Com esses princípios ordenadores, a edição da REVISTA JURÍDICA DO UNIARAXÁ proporciona não só uma contribuição ao enriquecimento das ciências jurídicas e sociais, como também estabelece um contato mais estreito da comunidade universitária, com o público externo, permitindo, em consequência, o rico diálogo entre os diversos campos do saber e as diferentes origens de interlocução intelectual e crítica.

Com essas expectativas, o projeto editorial da REVISTA JURÍDICA DO UNIARAXÁ foi reformulado, buscando adequar-se às normas nacionais e internacionais de publicação de periódicos científicos, objetivando à sua indexação e a uma maior visibilidade na comunidade acadêmica o que configura, em última análise, a garantia de uma democratização do conhecimento e da pesquisa que se faz no universo do ensino superior, das faculdades de Direito e dos pesquisadores que compartilham o exercício da reflexão investigativa.

Privilegiando tais fundamentos, este exemplar da REVISTA JURÍDICA apresenta artigos de abordagens e visões diversas, envolvendo questões pertinentes ao Direito Civil, Direito Penal, Direito Constitucional, Direito Previdenciário, à Ética, entre outros.

“A ação renovatória de aluguel e o exercício da atividade empresarial”, pelo professor do UNIARAXÁ, Almir Garcia Fernandes, aponta a discussão sobre os elementos incorpóreos do estabelecimento empresarial que capacitam o sucesso desta atividade, destacando-se o ponto comercial que possui proteção na lei de locações por meio da ação renovatória de aluguel. O articulista entende que para ter direito a esta ação o empresário deve apresentar contrato escrito, por um período mínimo e ininterrupto de cinco anos e, que exerce a mesma atividade há pelo menos três anos.

César Claudino Pereira, aluno do Curso de Direito, orientado neste trabalho pelo Prof. do UNIARAXÁ Marcelo Chaer Resende, escreve sobre “Assédio psicológico no ambiente de trabalho” objetivando explanar sobre a manifestação do assédio no âmbito do trabalho, como um fenômeno sociolaboral provocador de danos à integridade psicofísica do indivíduo trabalhador, caracterizadora das doenças psíquicas.

O artigo “Percepção do preso sobre a transição da antiga cadeia para o presídio regional de Araxá – MG” texto de orientação de Francisco Ilídio Ferreira Rocha, Professor do UNIARAXÁ, juntamente com a aluna Joyce Rios – bolsista de Iniciação Científica (PROBIC/UNIARAXÁ) - apresenta a conclusão de uma investigação realizada no cotidiano carcerário, evidenciando referenciais que instrumentalizem a aquisição de competências operacionais para a melhoria do processo de reeducação dos apenados.

Gil Ferreira de Mesquita, Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual – IBDP e Inácio André de Oliveira, Estudante-Pesquisador do Grupo de Pesquisa “Acesso à Justiça”, cuidam dos “Efeitos da sentença de procedência em mandado de injunção: considerações à luz do acesso à ordem jurídica justa”, discutindo a análise deste mandado fundamentada no acesso à ordem jurídica justa e nas teorias cunhadas pela doutrina e jurisprudência brasileiras, visando, com isso, a busca de um resultado útil e uma sentença favorável ao jurisdicionado.

O tema das drogas é considerado em “Reflexões sobre a política criminal repressiva ao uso de drogas”, artigo de autoria do Professor Hedihermes Coelho, que traz à reflexão princípios de Direito Penal aplicáveis à legislação e passíveis de sanar as mazelas que a norma anterior criou.

Em “As obrigações acessórias na legislação previdenciária: um estudo do princípio da legalidade” o Professor do UNIARAXÁ, João Bosco Ferreira disserta sobre as obrigações acessórias em assuntos previdenciários. Estas são analisadas pelo articulista mediante contorno da especificidade do Direito aplicado ao princípio

da legalidade.

O coordenador do Curso de Direito e professor do UNIARAXÁ, Nilson Vieira de Carvalho, apresenta um estudo sobre as principais alterações ocorridas ao longo da existência dos Cursos de Direito no Brasil em “Matriz curricular do Curso de Direito: relevância para a formação profissional”. Questiona a importância da estruturação curricular para a formação adquirida nos Cursos de Ciências Jurídicas e Sociais.

“A questão dos juros bancários remuneratórios no Tribunal de Justiça de Minas Gerais”, apresenta as visões de Afrânio Vilela, Desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, discorrendo sobre a questão da sua relevância. O tema, discutido cotidianamente nos Tribunais, aponta para decisões que lembram a inexistência de normas especificando a taxa de juros remuneratórios no Brasil. Lembra, ao final, o emprego da taxa SELIC, que permite lucratividade aos bancos, recompensando o capital.

O Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, André Luiz Amorim Siqueira, traz em “A Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais” o conhecimento pertinente ao tema, suas atribuições, considerações e papel constitucional.

No texto “Valorização da advocacia no regime democrático”, o Conselheiro Federal e Vice-Presidente da Comissão de Relações Internacionais da OAB, Aristóteles Atheniense analisa a questão ética da advocacia, entendendo que a atividade do advogado, como operador do Direito, é fundamental à realização da justiça.

Marco Aurélio Mello, Ministro do Supremo Tribunal Federal, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral e membro do Instituto Metropolitano de Altos Estudos – IMAE, em “Denúncia criminosa e o anonimato” propõe uma reflexão sobre o princípio da dignidade da pessoa humana, em face de persecução criminal, a partir de notícia de prática criminosa sem identificação de autoria.

Esses textos – oriundos de debates e interrogações que permeiam as reflexões contemporâneas sobre o homem e suas experiências cotidianas em comunidade – esperam acrescentar visões plurais acerca das condutas e comportamentos que delinham o exercício do Direito como uma prática humanista e humanizadora, sempre a reatualizar, nas suas diversas leituras igualmente plurais, os valores da cidadania, da democracia e da igualdade entre os homens.

Nesse sentido, e interrompendo as observações aqui alinhavadas, espera-se que a leitura e a convivência com os artigos e idéias apresentadas nesse número

da REVISTA JURÍDICA DO UNIARAXÁ permitam a todos os leitores confirmar os princípios norteadores da filosofia editorial aqui concretizada. Privilegia-se, assim, o valor e a importância de um trabalho conjunto, de interlocução entre as diferentes visões de mundo que, entretanto, caminham para o desenho de um projeto identitário humanista, promissor e confiante nas suas crenças, na certeza de uma contribuição efetiva para um mundo melhor.

Eliana Maria Pavan de Oliveira

Editor